
Tradução e outras relações intertextuais

Fernando Afonso de Almeida

Resumo

Depois de reivindicar a inserção da tradução no campo das ciências da linguagem e de visitar alguns conceitos básicos destas, este artigo procura, a partir da comparação da tradução com outros tipos de discursos e à luz dos conceitos de intertextualidade e reformulação, depreender os principais traços que a caracterizam do ponto de vista enunciativo-discursivo.

Palavras-chave: Tradução. Intertextualidade. Reformulação.

Que lugar a tradução – enquanto operação discursiva específica, marcada por peculiaridades, natureza e vocação próprias – ocupa dentro do conjunto das produções discursivas?

Quanto à sua *natureza*, enquanto atividade essencialmente discursiva, a tradução se caracteriza por uma necessidade incontornável de *mobilizar a língua* para se processar, e não outros sistemas semióticos como a pintura, a música, a matemática, a mímica, (o que não significa que ela se reduza a uma atividade estritamente lingüística). Quanto à sua *vocação*, considerando-se que os discursos são produzidos independentemente da possibilidade de virem a ser em seguida traduzidos, a tradução pode ser vista como uma operação de reformulação interlingüística que se propõe a *ampliar* o universo de destinatários que um discurso seria capaz de atingir em sua formulação primeira.

Assim sendo, a tradução exerce inevitavelmente pelo menos dois tipos de interferência dentro do processo de comunicação. Interfere no nível da *formulação* dos enunciados e, ao mesmo tempo, no âmbito da *relação enunciador/destinatário*. Para produzir essas interferências, o tradutor inclui-se no rol dos destinatários primeiros de um texto e, a partir daí, o reformula, de tal modo que o texto (agora texto traduzido) passe a se dirigir a um universo de destinatários diferente do primeiro. Portanto, essa *atividade reformuladora* de base lingüística, que produz um desdobramento do eixo “*enunciador 1 → destinatário 1*”, transformando-o em “*enunciador 1 → destinatário 1/ tradutor → destinatário 2*”, se insere sempre no interior de um circuito discursivo que ela própria se encarrega de ampliar.

Uma vez esboçados sumariamente traços dessa operação intelectual que envolve, por um lado, um processo de leitura-interpretação e, por outro, uma atividade de expressão-reformulação, parece natural reivindicar a inserção da tradução no campo das atividades de linguagem. Por essa razão, pretendemos em primeiro lugar, revisitar certos conceitos relevantes para a compreensão dos fenômenos da linguagem - os quais, de alguma forma, possuem relação com a tradução - para, num segundo momento, abordar a tradução do ponto de vista discursivo-enunciativo. Antes porém serão explicitadas as noções de língua e sujeito que subjazem forçosamente a qualquer discussão no campo da linguagem.

EM TORNO DE CONCEITOS

Língua e sujeito

Enfoques teóricos diversos sustentam diferentes concepções de sujeito e de língua. Depois de afirmar que “*a concepção de sujeito da linguagem varia de acordo com a concepção de língua que se adote*”, Koch (2002, p. 13) exemplifica distinguindo três dentre elas. A língua encarada como *representação do pensamento* corresponde o sujeito psicológico ou sujeito cartesiano, senhor de sua vontade, de seu dizer

e de suas ações. À concepção de língua como *estrutura* se vincula a idéia de um sujeito assujeitado pelo sistema, inserido numa ideologia que o controla e que fala através dele. O sentido de seu enunciado não lhe pertence. O sujeito não tem controle sobre seu dizer, pois é ultrapassado pela ideologia e pelo inconsciente. A língua concebida como o *lugar da interação*, que se constrói nas relações sociais ao mesmo tempo que as constrói, postula um sujeito social, que se constitui na interação com o outro, numa relação dinâmica com a alteridade. É um sujeito ativo que (re)produz o social ao assumir posições, atualizando imagens e representações necessárias à comunicação.

Em *Les conceptions de l'être humain*, numa perspectiva filosófica, portanto mais ampla do que seria a dos estudos da linguagem, Leclerc e Pucella (1993) propõem cinco concepções do homem: a concepção racionalista, a cristã, a naturalista, a marxista e a freudiana, cada uma delas marcada pela preponderância de um fator: a razão, a fé em Deus, a cosmologia, o materialismo histórico e dialético, e o inconsciente, respectivamente.

Nossas reflexões se inscrevem nos pressupostos da *corrente interacionista*, para a qual, desde seu nascimento, o indivíduo é levado a participar de trocas com o meio social que o acolhe e o identifica como um de seus membros. É nesse *ambiente de trocas* construído, organizado e regulado pela existência e pelo reconhecimento de hábitos, regras, acordos, interdições, crenças, símbolos, silêncios e de uma língua, que o indivíduo vai construir e delimitar progressivamente seu lugar de sujeito-em-relação-ao-outro. Este é não apenas o lugar de uma *diferença* (um "eu" que se configura e se distingue na relação com o "outro"), mas também um lugar de mobilidade e de *reversibilidade* (tornar-se "o outro" diante de um outro "eu"): Ao examinar as relações entre linguagem e pensamento, Bronckart (1999, p. 52) sustenta que "*o meio social intervém no desenvolvimento psíquico [da criança], propondo, objetivamente, relações de correspondência entre objetos e/ou comportamentos, de um lado, e segmentos de produções sonoras, de outro*". E acrescenta que "*é só sob o efeito das intervenções sociais que ele [o bebê] pode construir signos [...] e é como tais que [...] os interioriza*" (BRONCKART, 1999, p. 53). De fato, "*a linguagem só pode ser adquirida na forma de uma língua. [...] Através da linguagem se desenvolve uma aptidão especificamente humana, a aptidão para a simbolização e para a abstração.*" (YAGUELLO, 1981, p. 12).

Por outro lado, para a concepção interacionista, não apenas todo enunciado é endereçado, mas também resulta de um trabalho cooperativo entre os interagentes, marcado por um processo de copilotagem. Antes mesmo de fazer uso da palavra, o locutor é guiado pelas características que atribui ao destinatário, esteja este realmente presente ou não. "*Mesmo ausente, o 'tu' exerce sobre o 'eu' um controle permanente*", afirma Kerbrat-Orecchioni (1998, p. 14). Em toda interação são feitos ajustes, muitas vezes de modo inconsciente, que têm por função adequar o enunciado à situação de enunciação e, mais

especificamente, à imagem que o enunciador faz do seu destinatário; imagem esta em que se encontra embutida, como em um jogo de espelhos, a imagem que o enunciador supõe que o destinatário faça do próprio enunciador.

Diante da extrema variabilidade de contextos interacionais, vários tipos de fatores são levados em conta pelos parceiros, tanto para o reconhecimento da situação interlocutiva em que se encontram, quanto para a definição da conduta a ser adotada: o local (rua, trabalho, sala de aula, casa), as características estáveis do enunciador e do destinatário (idade, sexo, profissão, estado civil), as circunstanciais (crítico, conselheiro, sedutor, protetor) e as posicionais (pai, marido, colega, vizinho), bem como a finalidade da comunicação (avisar, convencer, justificar, solicitar). Assim sendo, a importância do contexto interacional para a qual já apontavam certos autores – Bakhtin (1977, p. 136), para quem “a interação verbal constitui assim a realidade fundamental da linguagem”; Jakobson (1995), que relacionou o uso da linguagem a funções comunicativas; Austin (1970), que salientou o caráter acional da linguagem ao formular a teoria dos atos de fala – é resgatada e, de certa forma, ampliada ao se examinarem as relações entre o sistema da língua e o sistema social do ponto de vista da relação interlocutiva.

A língua como “tradução”

Em *Convergências (ensaios sobre arte e literatura)*, Octavio Paz (1991, p. 150) afirma: “Nenhum texto é completamente original porque a própria língua, em sua essência, já é uma tradução: em primeiro lugar, do mundo não-verbal e, em segundo, porque todo signo e toda frase é a tradução de outro signo e de outra frase”.

A citação de Paz remete explicitamente a dois níveis de articulação que enquadram de forma radical a atividade de linguagem e que, assim sendo, adquirem relevância para os estudos da tradução. Trata-se, de um lado, da inevitável relação existente entre a *língua* e o *não-lingüístico* e, de outro lado, da não menos necessária relação que todo *texto* possui com *outros textos* (relação intertextual). Esses dois níveis, por sua vez, pressupõem a existência de um nível mais primário e estrutural, que corresponde a aspectos da organização interna da língua enquanto sistema, organização essa que lhe permite operar nos dois outros níveis.

Para dar continuidade à discussão sobre aspectos da atividade de linguagem, aspectos esses evidentemente inerentes à atividade de tradução na medida em que esta faz parte daquela, serão trazidas a seguir questões relativas a três níveis. Ainda na primeira parte, trataremos da *organização do sistema* e da *relação do verbal com o não-verbal*. Na segunda parte discutiremos a *relação intertextual*.

Organização do sistema

Interessa-nos abordar nesta seção duas questões surgidas no campo dos estudos da linguagem, que constituem objeto de reflexão de Ferdinand de Saussure em seu *Curso de Lingüística Geral*. São elas as atividades de *pensamento* e *linguagem* e os conceitos de *significado* e *valor*. Uma terceira questão bastante próxima dessas duas (relação entre signo e referente) será tratada na seção seguinte. Reconhecemos desde já, porém, que se trata de questões entrelaçadas entre si, pois, como afirma Bronckart (1999, p. 21-23), deve-se “*considerar os fatos de linguagem como traços de condutas humanas socialmente contextualizadas*”, as quais são entendidas como formas de ação significantes, resultantes do “*processo histórico de socialização, possibilitado especialmente pela emergência e pelo desenvolvimento dos instrumentos semióticos*”.

Pensamento e linguagem

Ao fazer explorações acerca da natureza e do funcionamento da linguagem, Saussure (1995, p. 155) postula que o pensamento seria uma “*nebulosa na qual nada seria necessariamente delimitado*” e que “*sem a ajuda dos signos seríamos incapazes de distinguir duas idéias de maneira clara e constante*”. A despeito dos obstáculos para se comprovar a nebulosidade do pensamento – sobretudo pela dificuldade de se ter acesso ao pensamento em seu estágio pré-lingüístico – Saussure (1995, p. 156) estabelece uma ligação estreita e dinâmica entre língua e pensamento,¹ os quais se reforçariam paradoxalmente:

O papel característico da língua em relação ao pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão das idéias, mas servir de intermediária entre o pensamento e o som, em condições tais que essa união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades.

Longe de ser invalidada no decorrer do tempo, tal visão vem sendo retomada e aprofundada por diversos autores. Com efeito, para Bakhtin (1977, p. 28) “*a própria consciência não pode surgir e se afirmar como realidade a não ser materialmente encarnada nos signos*”. De modo semelhante, Bronckart (1999, p. 57) reconhece que a “*discretização do funcionamento psíquico é a condição última para a emergência de um pensamento consciente*”.

Sem deixar de distingui-las ao preconizar uma dinâmica de cooperação entre as atividades de linguagem e pensamento, Saussure (1995, p. 157) as reúne em um território mais amplo do que o do sistema – o social – afirmando que “*a coletividade é necessária para se estabelecerem valores cuja única razão de ser se encontra no uso e no consentimento geral; o indivíduo por si só é incapaz de fixá-los*”. É, entretanto, com Bakhtin (1977, p. 41) que se explicita uma concepção fundamentalmente sócio-interacional da linguagem:

¹ A aparente triangulação formulada na citação a seguir (língua-pensamento-som) comporta, na verdade, apenas dois termos, pensamento e língua, pois a forma sonora faz parte da língua: é uma das faces do signo lingüístico, o significante.

Sabemos que todo signo resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados ao longo de um processo de interação. Eis porque as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social dos ditos indivíduos quanto pelas condições nas quais a interação acontece.

Significado e valor

Depois de salientar o caráter arbitrário do signo lingüístico e de postular que cada signo se identifica e se distingue de outros com base em sua duplicidade constitutiva (significado/significante), Saussure (1995) introduz um aspecto que considera, em termos de funcionamento do sistema, mais fundamental do que a *identidade* sígnica: o conceito de *valor*.

De fato, em sua singularidade enquanto unidade, é a partir da relação vertical existente entre seus dois componentes (significado/significante ou conceito/forma auditiva) que o signo é identificado e reconhecido como um campo fechado possuidor de significação. Mas, para funcionar, é necessário que se reconheçam seus limites, sua configuração, suas propriedades *dentro do conjunto do sistema*, ou seja, seu *valor*, o qual só se delinea mediante o contraste com outros signos que a ele se opõem e que, dessa forma, o identificam mostrando-lhe assim sua extensão e seu lugar. "*Seu conteúdo*", afirma Saussure (1995, p. 160), "*é determinado somente com a ajuda do que existe fora dele*".

Para explicar o conceito de valor, o autor recorre à imagem de uma partida de xadrez em que, tendo perdido uma de suas peças, o jogador a substitui por um objeto qualquer para poder continuar jogando. Qualquer que seja a identidade do objeto substituto (tampa de garrafa, botão, caixa de fósforo etc.), o jogo prosseguirá normalmente desde que sejam consideradas as *propriedades* da peça substituída, isto é, o seu *valor* em relação às outras peças dentro do sistema do jogo.

"*Todo sistema lingüístico contém uma análise do mundo exterior que lhe é própria e que difere daquela de outras línguas ou de outras etapas da mesma língua*", sustenta Mounin (1963, p. 43). Encarar um termo apenas como a união de um significado e de um significante seria isolá-lo do sistema de que faz parte e, ao mesmo tempo, rebaixar a língua a algo equivalente a um repertório de termos. Seria, por outro lado, considerar a tradução como um simples processo em que se reproduzem equivalências, existentes a priori, entre duas línguas.

Relação do verbal com o não-verbal

Se, como disse Octavio Paz (1991), a língua já é em sua essência uma "tradução" do mundo não-verbal, e se a tradução é uma atividade essencialmente verbal, importa investigar as formas de relação estabelecidas entre o verbal e o não-verbal, as quais se encontram forçosamente refletidas na tradução.

Em sua tarefa de “traduzir” o não-verbal, a língua é obrigada a se constituir numa posição ambígua, marcada por uma certa aproximação e, ao mesmo tempo, por um distanciamento em relação ao não-verbal. Tal posicionamento lhe confere um ponto de vista, um olhar, através do qual ela é capaz de operar uma “tradução”, encarando o não-verbal sem com ele se confundir. Com efeito, dois aspectos são constitutivos de todo olhar: o primeiro é a discriminação entre a fonte e o objeto do olhar; o segundo, decorrência do primeiro, é a existência de uma distância entre eles, que abre assim espaço para algum modo de relação ou aproximação.

Signo e referente

Apesar da evidência de que todo signo refere outra coisa que não ele próprio, não há regra ou medida que justifique os termos em que essa referência se estabelece. Cada processo é único, sobretudo no tocante a certos *aspectos do referente* que eventualmente adquirem *saliência* dentro do processo de referência. Essa saliência, que se processa ora como uma metonimização, ora como uma metaforização, se percebe melhor quando se compara o modo como duas línguas referem um mesmo objeto. Por exemplo, o vocábulo “verre”, do francês, utilizado para se referir ao objeto “copo” salienta a matéria de que este é feito (vidro), ao passo que seu correspondente em português, “copo” realça sua forma (côncava). De modo semelhante as onomatopéias “resgatam” características sonoras do referente, embora cada língua o faça à sua maneira: a representação do ruído do latido de um cão, em português “AU AU”, é identificado em francês por “WAF WAF”. Tal fenômeno não se restringe ao léxico; ao contrário, é igualmente freqüente no âmbito da sintaxe, haja vista exemplos fornecidos pela lingüística contrastiva, do tipo: *Ele atravessou o rio a nado / He swam across the river.*

Assim, a relação entre signo e referente, tão central em termos de funcionamento da língua, torna-se problemática quando encarada em uma perspectiva de equivalência interlingüística, como no caso da tradução. De fato, dizer que toda língua recorta o mundo objetivo à sua maneira é reconhecer que, em um nível inferior, cada signo lingüístico traz em si um certo olhar sobre o referente. Os termos em que duas línguas estabelecem sua relação com o não-verbal nunca são exatamente os mesmos.

Por outro lado, a delimitação do espaço sígnico, ou seja, a *extensão* coberta pelo signo diante daquilo que seria seu referente (valor), se estabelece de forma particular dentro de cada sistema e difere de uma língua a outra. Com efeito, a referência se constrói sob dois aspectos. Não se trata apenas de uma relação externa entre o lingüístico (signo) e o não-lingüístico (referente), mas igualmente, como dissemos, de uma relação interna de um signo com os outros signos da mesma língua. Assim, em sua relação com o mundo objetivo (relação externa), cada língua não pode senão recortar, separar, dividir,

destacar, opor, traçando contornos e impondo limites à continuidade, mas sempre à sua maneira (relação interna). Por exemplo, as fórmulas de cumprimento, utilizadas de acordo com o momento do dia, compõem em português um paradigma composto de três elementos ("bom dia", "boa tarde", "boa noite"), enquanto que em francês há apenas dois termos ("bonjour", "bonsoir").

Por outro lado, independentemente das características evidenciadas através do contraste entre duas línguas, verificam-se duas tendências no processo de referência.

Na primeira, o contorno dos conceitos via de regra torna-se mais saliente e consensual quando estes referem extremos e polarizações culturalmente reconhecidos: o *branco* e o *preto*, o *começo* e o *fim*, o *dentro* e o *fora*. Colocadas em oposição, essas noções adquirem extrema nitidez. Tal polarização, diga-se de passagem, se encontra cristalizada em expressões como "pôr as coisas preto no branco" (que significa dar a materialidade e a clareza da escrita ao que se disse oralmente), "do começo ao fim", "cedo ou tarde" etc.

A outra é a tendência a um certo deslizamento, quando se trata de referir o intermediário, por exemplo, uma tonalidade entre o azul e o verde. Assim, as noções de "adulto" e "criança", tão convenientes para referir indivíduos caracterizados de forma estereotipada, tornam-se menos evidentes ao se tentar designar indivíduos em situação intermediária. Recorre-se, então, a outro conceito, ele próprio intermediário, o de "adolescente". Entretanto, a solução é provisória pois o problema se desloca: na verdade, onde passa a fronteira entre o adolescente e a criança ou o adulto? Em tais situações, que aspectos deveriam ser identificados e privilegiados no referente para se estabelecer sua correspondência a um conceito: a idade cronológica? a estatura? a força física? as características da voz? a capacidade de reprodução? o grau de independência? a atividade de trabalho?

Evidencia-se assim, dentro do próprio processo de significação característico de todo signo, uma dificuldade para referir o contínuo, o aproximativo, o intermediário. Eis porque a língua é propensa a discretizar o mundo objetivo, a compartimentá-lo e a metonimizá-lo, desprezando sua continuidade e sua realidade. É certamente sua forma de evitar que uma excessiva circulação (ou mobilidade) dos traços semânticos venha conturbar a relação signo/referente.

Esses aspectos do funcionamento do signo são particularmente reveladores da complexidade do processo de tradução, pois indicam a dificuldade/impossibilidade de "reproduzir" na língua-alvo uma "distância" entre signo e referente idêntica àquela existente na língua-fonte. São diferenças marcantes na língua que se reproduzem no discurso e que dizem respeito às comunidades discursivas, às suas

concepções, às suas instituições e às premissas culturais que informam seus comportamentos.

TRADUÇÃO E OUTROS DISCURSOS

Uma vocação paradoxal

O dicionário *Le Petit Robert* (1989), se refere à tradução da seguinte forma: "Traduzir: fazer com que o que foi **enunciado** em uma **língua** o seja em **outra**, tendendo à **equivalência** semântica e expressiva dos dois enunciados" (grifo nosso). Em vez de problematizar essa definição, que, embora simplificada, é bastante consensual, mais vale tentar observar suas saliências e revelar as implicações que ela traz.

Dois pontos dessa definição merecem ser focalizados para o exame do tipo de operação que constitui a tradução. Em primeiro lugar, observa-se a *recorrência* anafórica de dois de seus elementos: de um lado, o particípio passado "enunciado", retomado pelo pronome "o" (em "o seja"), e, de outro lado, o substantivo "língua", substituído pelo pronome "outra". No entanto, em um caso como no outro, não se trata de uma real co-referência; ao contrário, tal repetição indica uma *duplicação* dos referentes. De fato, são mobilizados através do processo de tradução *duas* línguas (língua-fonte e língua-alvo) e *dois* enunciados (texto original e texto traduzido) empiricamente distintos entre si. Em segundo lugar, a definição acrescenta que essa duplicação se processa sob o prisma de uma "equivalência semântica e expressiva", o que remete à especificidade do vínculo que aproxima os dois textos.

Não trataremos da questão que indaga até que ponto haveria ajuste ou equivalência entre dois sistemas lingüísticos, reconhecendo apenas que, apesar das diferenças marcantes existentes entre as diversas línguas (culturas e práticas sociais), a tradução tem de fato atravessado fronteiras e permitido a comunicação entre indivíduos de línguas diferentes. Tampouco abordaremos a discussão em torno do maior ou menor grau de traduzibilidade dos textos em função do tipo de contrato que propõem ao leitor (textos "pragmáticos" vs literários); limitamo-nos apenas a citar Nida e Taber (apud GENETTE, 1982, p. 240): "*Tudo o que pode ser dito em uma língua pode ser dito em outra língua, exceto se a forma for um elemento essencial da mensagem*".

Na verdade, interessa-nos agora evidenciar o fato de que, na tentativa de ser *equivalente* ao outro, o enunciado traduzido não poderia entreter com o enunciado original uma relação apenas acessória, indireta, secundária; não poderia inspirar-se nele para produzir-se de maneira distanciada. Sua pretensão implica um envolvimento maior: a tradução quer, diante de um determinado universo de leitores, se sobrepor o mais exatamente possível – com um mínimo de sobras e de vazios – ao original, quer ser sua "encarnação", sua substituta. Esta é, por assim dizer, sua razão de

ser, sua aspiração. De certa forma, a tradução procura fornecer ao texto-alvo uma *identidade* muito próxima da do texto-fonte, longe da qual aquele se descaracterizaria. Naturalmente, um projeto tão ambicioso e radical exige em contra-partida uma devoção sem limites, uma extrema *submissão*. Assim, para/por ser o que é, a tradução vive uma relação paradoxal: por um lado, volta-se para o original com a devoção de um *escravo fiel*, por outro, revela uma tendência *usurpadora* ao procurar tomar seu lugar.

A relação intertextual

O fato de a tradução se definir como sendo um discurso inteiramente voltado para outro nos conduz inevitavelmente a uma indagação sobre as formas de relação existentes entre os discursos. Em um plano mais amplo, que formas, tipos e graus *de relação* os diversos discursos estabelecem entre si?

A *intertextualidade* – termo introduzido, na verdade, por Julia Kristeva para se referir a um aspecto do dialogismo bakhtiniano – é objeto do capítulo V do livro de Tzvetan Todorov, *Mikhail Bakhtine, le principe dialogique*. Todorov (1981, p. 95) abre o capítulo retomando a concepção bakhtiniana de que “*não existe, e isso é essencial, enunciado sem relação com os outros enunciados*”². E acrescenta: “*no nível mais elementar, é intertextual toda relação entre dois enunciados*”. Para Bakhtin, todo discurso se encontra de algum modo vinculado aos discursos que o precederam e àqueles que o sucederão. A intertextualidade é constitutiva de todo discurso.

Da forma como se encontra definida acima, a noção de intertextualidade não auxilia na tarefa de traçar os contornos específicos da tradução, uma vez que se apresenta como uma característica de todo discurso. Importa, ao contrário, discriminar a forma e a intensidade com que diferentes espécies de textos – entre eles a tradução – carregam em si a referência a outros textos e em que medida essa referência os fundamenta. Para tal, convém esboçar, mesmo que um tanto grosseiramente, um quadro que reproduza algumas das mais frequentes relações intertextuais. Assim, poderão ser evidenciadas características do funcionamento desse sistema de referências e as funções ou valores que podem ser atribuídos a um texto tendo em vista sua relação com outro. Antes porém, numa tentativa de penetrar na complexidade que envolve a questão da intertextualidade, observaremos, em primeiro lugar, o que diz a esse respeito Gérard Genette (apesar de suas reflexões visarem essencialmente o universo literário) e, em seguida, o conceito de *reformulação* discutido por Maingueneau (1998) e Peytard (1984), fenômeno discursivo através do qual os autores procuram delimitar características de determinado conjunto de discursos do qual a tradução faz parte.

² É nossa a tradução das citações extraídas de obras publicadas em francês.

Transtextualidade

Ao sondar a intertextualidade, à qual prefere dar o nome de *transtextualidade*, definindo-a como sendo “*tudo aquilo que o coloca [o texto] em relação manifesta ou secreta, com outros textos*” Genette (1982, p. 7) distingue cinco tipos de relações transtextuais, que ele enumera por ordem crescente de abstração (intertextualidade, paratextualidade, metatextualidade, hipertextualidade e arquitekstualidade) e que podem ser caracterizadas resumidamente da seguinte forma:

- *intertextualidade*: identifica-se pela co-presença de dois ou mais textos e, mais freqüentemente, pela presença de um texto em outro (por meio de citação, plágio, alusão; esta última manifestando-se de modo menos explícito e literal do que as primeiras);
- *paratextualidade*: é uma relação de um texto com outro que se estabelece através de enunciados paratextuais como título, sub-títulos, prefácios, notas, epígrafes (o título de *Ulysses*, de James Joyce, face à *Odisséia* de Homero; o nome do filme *O Exterminador do Futuro II* face à sua primeira versão);
- *metatextualidade*: se refere a relações de comentário que um texto entretém com um texto anterior (crítica, resenha, comentário);
- *hipertextualidade*: é qualquer relação que une um texto a outro texto anterior sob uma forma diferente do comentário; é quando um texto deriva de outro texto pré-existente, por um processo que Genette qualifica de *transformação* (imitação, paródia, pastiche, tradução, adaptação);
- *arquitekstualidade*: é uma relação que se estabelece através de uma indicação de gênero, de caráter taxinômico, geralmente situada na capa do volume e abaixo do título, que filia o texto a um conjunto de textos existentes (romance, poesia, teatro, depoimento, crônicas).

Depois de incluir a tradução no conjunto dos fenômenos de hipertextualidade, Genette distingue a transformação séria (ou *transposição*) de outras transformações como a paródia, a charge, o pastiche, as quais tendem a ser breves e a trazer uma modificação pontual, reduzida, que pode se resumir a um princípio mecânico. E, no conjunto das transposições, afirma Genette (1982, p. 238), a mais evidente e difundida é sem dúvida alguma a tradução.

Reformulação

De acordo com Maingueneau e Charaudeau (2002), a *reformulação* opera a transformação de uma unidade de discurso em outra semanticamente *equivalente*. Sua função pode ser *explicativa* ou *imitativa*. No primeiro caso, caracterizada sobretudo por atividades de definição, práticas de resumo e síntese, a reformulação possui um

compromisso com a "didaticidade" (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2002), – isto é, com atividades de explicação que se exercem fora do contexto institucional pedagógico – na medida em que sua preocupação é refletir no texto-alvo os conteúdos veiculados e compreendidos a partir da leitura do texto-fonte. No outro caso, ela se atém basicamente ao nível do significante, cujos traços predominantes ela procura reproduzir, como acontece na sátira, na paródia. Tais definições dos tipos de reformulação nos levam a indagar: seria a tradução uma reformulação prioritariamente explicativa ou imitativa? Assim concebida, essa classificação da reformulação com base no propósito do texto-alvo (pragmáticos e sérios, de um lado, e lúdicos e literários, de outro) não esclarece sobre a tradução, atividade esta que pode tomar como texto-fonte qualquer tipo de discurso. Nesse sentido, a tradução se situa além dos tipos e dos gêneros textuais. De toda forma, se é verdade que o texto traduzido pretende, no âmbito de uma certa comunidade discursiva, substituir o texto original, a reformulação-tradução deverá incorporar no texto-alvo tanto as características semânticas do texto-fonte quanto as estilísticas.

Por outro lado, Maingueneau (1998) distingue reformulação *intradiscursiva* e reformulação *interdiscursiva*. A primeira, entendida como atividade de paráfrase, verifica-se quando, em seu próprio discurso, o enunciador, após produzir uma unidade discursiva, a retoma através de outra unidade discursiva, muitas vezes introduzida por expressões como "ou seja", "isto é", "quer dizer". A reformulação interdiscursiva, ao contrário, conduz à transformação de um texto em outro. A tradução, o resumo são operações de reformulação interdiscursiva.

Peytard (1984), por sua vez, certamente movido por preocupações de caráter semiótico, sem perder de vista o propósito de equivalência intertextual, amplia o terreno da reformulação introduzindo o conceito mais geral de *alteração*, que abarca outras operações de transformação. A alteração é composta de dois grandes conjuntos de atividades: as de *reformulação* e as de *transcodificação*. Nas operações de reformulação, ao se fazer a alteração do texto-fonte em texto-alvo, recorre-se a signos de mesma natureza. São exemplos de reformulação a tradução, o resumo, a paródia. No tocante à transcodificação, a atividade de transformação do texto-fonte em texto-alvo se utiliza, embora nem sempre exclusivamente, de código diverso. É o caso da alteração de uma narrativa verbal em uma narrativa cinematográfica, ou de uma fotografia em uma pintura ou uma descrição verbal.

Dessa visita a conceitos formulados por diversos autores, pode-se extrair que, além de serem caracterizados pela intertextualidade que é constitutiva de todo texto, certos discursos são marcados por uma intertextualidade (ou transtextualidade, de acordo com Genette) de tipo particular, como ocorre com a citação, a paródia, a resenha, a tradução. Entretanto, as noções de "reformulação" e de

"transtextualização" englobam um variado conjunto de operações que constituem traços de textos díspares, como o resumo, a tradução, a paródia, a citação, o discurso relatado. Ademais, até mesmo o conceito de hipertextualidade proposto por Genette em sua classificação, mais afinada do que a dos outros autores, reúne em uma mesma classe atividades discursivas diversas como a tradução, a paródia, o pastiche, a imitação, a adaptação.

Sendo a intertextualidade uma relação através da qual um texto faz implícita ou explicitamente referência a outro texto, nos propomos a investigar, a seguir, em que termos essa relação se estabelece, de que forma ela é feita e através de que tipo de operação se efetua essa "captura" do texto anterior. Será proposta uma abordagem da intertextualidade a partir da observação de alguns de seus traços.

Traços da intertextualidade: aspecto formal, tipo de operação e grau de vinculação

Passamos agora à observação das relações intertextuais sob três ângulos: o aspecto formal (ou marcas textuais), o tipo de operação (ou processo de aproximação) e o grau de vinculação existente entre dois textos. A tripartição ora proposta se justifica sobretudo por permitir uma abordagem aspectual do fenômeno da intertextualidade, mas tais aspectos estão na verdade relacionados entre si, ou seja, não operam separadamente. Com base no critério da precedência,³ em alguns momentos em que tal for necessário, a distinção dos parceiros da relação intertextual será feita da seguinte forma: "P" (P = posterior) indicará o discurso que estiver fazendo referência a um discurso que lhe é anterior, o qual será chamado de "A".

O *aspecto formal* diz respeito à existência ou não, na superfície do discurso, de elementos indicadores de procedimentos discursivos adotados com o objetivo de explicitar, de forma mais ou menos aberta, a referência a outro discurso. Quando ocorre, essa explicitação tende a manifestar-se de forma relativamente inequívoca, através de marcas textuais específicas, como se pode observar na *citação* e no *discurso relatado*, que costumam recorrer, por exemplo, às aspas, às itálicas, a verbos dicendi introdutórios do discurso indireto (... *disse* ele, ... *replicou* ela) e a expressões equivalentes (*de acordo com* Fulano). Em outros casos, ao contrário, para ser percebida, a intertextualidade necessita ser inferida, pois não é indicada textualmente, como acontece por exemplo na frase "Quem ri por último ri atrasado", que alude ironicamente ao conhecido provérbio "Quem ri por último ri melhor".

O *tipo de operação* refere-se à dinâmica através da qual é feita a aproximação dos dois discursos e estabelecida a relação intertextual. Dentre as operações mais comuns encontram-se o encaixe, a substituição, a adjunção, a alusão. O nome da churrascaria *A Novilha Rebelde*, por exemplo, situada nos arredores de Niterói, em virtude de suas características fônica e estrutural, constitui uma *alusão* ao título do filme *A Noviça Rebelde*, do mesmo modo que o nome do restaurante

³ Uma ressalva se impõe: apesar de ser sem dúvida a mais freqüente, a situação de precedência do texto citado em relação ao texto citante nem sempre se verifica. Este pode referir-se não apenas a enunciados passados, mas também a enunciados futuros, virtuais etc., como em: "Quando ele chegar vai dizer: - 'Vocês já estão trabalhando há muito tempo?', vamos apostar?"

fast food chamado *Officebóia* remete à expressão *office boy*. A citação e o discurso reportado, por sua vez, são relações intertextuais que se estabelecem através de um processo de *inserção* ou *encaixe* de A em P, processo esse que, devido à existência de marcas indicadoras da presença da alteridade, não obscurece a distinção das vozes a que se vinculam os diferentes enunciados (citante e citado). Nos termos de Authier-Revuz (1990), trata-se neste caso da *heterogeneidade mostrada*, que a autora distingue da heterogeneidade constitutiva, a qual é uma característica inerente a todo discurso.

O grau de vinculação, por sua vez, diz respeito não tanto à dinâmica através da qual P se refere a A, mas sobretudo à importância que o reconhecimento dessa referência adquire enquanto fator de *constituição* e de *identificação* de P. Há casos em que a vinculação a um texto A é fundamental para um texto P, na medida em que este se constrói "parasitariamente" em torno daquele, como acontece com a resenha, o resumo, etc. Em outros casos, a referência a um texto A, sob a forma de *citação* ou de *discurso relatado*, não costuma ser necessária à identidade de P, uma vez que o caráter dessa referência é muitas vezes ilustrativo. Em uma narrativa ou relato, por exemplo, um discurso citado A, encaixado em um discurso P, do tipo:

"Logo ao chegar, depois de ouvir a proposta do grupo, Pedro reagiu: 'Não posso aceitar! De forma alguma! Desculpem-me mas não posso ficar', e saiu apressado."

poderia apresentar-se incorporado e absorvido por P, sem que este perdesse suas características narrativas essenciais, em uma formulação como a seguinte:

"Logo ao chegar, Pedro tomou conhecimento da proposta do grupo e, depois de manifestar seu desacordo com indignação, saiu apressado."

Na segunda formulação, o que se torna objeto do relato são sobretudo as atitudes do personagem e não seu discurso. De uma forma ou de outra a narrativa se sustenta enquanto tal.

Paródia, pastiche, citação e discurso relatado

Comparando os casos de paródia e pastiche, de um lado, e os de citação e discurso relatado, de outro, observa-se que, no tocante ao *aspecto formal*, – ao contrário do que se verifica na citação e no discurso relatado – na paródia, do mesmo modo que no pastiche, não existem via de regra marcas formais específicas para salientar sua relação com o texto parodiado. Por encontrar-se de certa forma camuflada, a relação intertextual não é decodificada, mas inferida pelo leitor, que, a partir de uma estrutura, identifica outra estrutura.

Quanto ao *tipo de operação* através da qual é feita a aproximação dos dois textos, a paródia utiliza não uma operação de encaixe como aquela a que se submetem a citação e o discurso relatado, mas, de acordo com Linda Hutcheon, uma alusão irônica, cujo "sentido final

reside no reconhecimento da sobreposição desses dois níveis [texto parodiante e texto parodiado]" (HUTCHEON, 1989, p. 51). A autora acrescenta que "o grau de efeito irônico num texto é inversamente proporcional ao número de sinais abertos necessários para a obtenção desse efeito" (1989, p. 75).

No que diz respeito ao *grau de vinculação*, a referência que se faz a um discurso A, através de uma citação ou de um discurso reportado inserido em um discurso P, não é necessariamente um traço constitutivo do texto P. A paródia e o pastiche, ao contrário, necessitam da referência ao texto A pois, enquanto tais, fundamentam-se no reconhecimento do texto parodiado ou pastichado, respectivamente. Sem esse reconhecimento sua própria identidade estaria ameaçada. Não existe paródia sem texto parodiado. É nesse sentido que tais textos podem ser chamados de "parasitários".

Discursos de reformulação

Um terceiro grupo de discursos P assume uma posição que difere de cada um dos dois grupos observados acima (citação e discurso relatado, e paródia e pastiche) quanto a pelo menos um dos pontos considerados (aspecto formal, tipo de operação ou grau de vinculação). São discursos de *reformulação* como a *adaptação*, o *resumo*, a *cópia*, entre os quais se encontra igualmente a *tradução*.

Convém lembrar que a prática da reformulação é considerada como uma tentativa de adaptar um determinado conteúdo a um determinado público ou a uma determinada situação. No âmbito desta análise, nos interessa considerar apenas a reformulação interdiscursiva (e não a intradiscursiva).

No tocante ao *aspecto formal* de tais discursos, as marcas explícitas de referência ao texto A encontram-se geralmente na *zona paratextual*, embora não exclusivamente. São menções como "traduzido do original por...", "adaptação", "resumo", que se situam fora do corpo do texto propriamente dito. Do ponto de vista do *grau de vinculação*, revelam sempre algum nível de *dependência* em relação ao texto A, na medida em que se constroem necessariamente como referência a ele. Mas esse nível varia de acordo com o tipo de operação discursiva: o grau de dependência da tradução em relação ao texto A é normalmente muito superior ao da adaptação. No tocante ao *tipo de operação*, ao estabelecerem com o texto A uma relação de *substituição*, revelam-se possuidores de um caráter essencialmente *reformulativo*. E enquanto reformulações, ao se constituírem, cada um deles apresenta, em termos de sua relação com o discurso A, uma determinada função, um dado propósito; o que constitui, sem dúvida, uma característica discursiva que contribui para sua filiação a um gênero específico.

Assim, a *adaptação* geralmente procura resgatar o conteúdo de um texto utilizando uma *linguagem* de nível ou natureza *diversa*, como ocorre com as edições de autores clássicos feitas para adolescentes ou aprendizes de língua estrangeira, com os filmes e peças de teatro baseados em livros etc. Apesar de o grau de aproximação entre a

⁴ Embora em desacordo com a proposta de Peytard (1984), que classifica como transcodificação (e não como reformulação) a operação que requer uma mudança de código (mudança da linguagem verbal para a cinematográfica, por exemplo), optamos por priorizar na adaptação seu caráter reformulativo e seu vínculo com um texto A.

adaptação e o texto A ser extremamente variável, o vínculo existente entre eles não desaparece completamente.⁴ O *resumo*, por sua vez, se produz numa perspectiva de *síntese* ou condensação de conteúdos. A *cópia* via de regra retoma *ipsis litteris* o texto A. A *tradução* define-se igualmente como um discurso reformulativo, mas que, na medida em que se propõe a enunciar o texto A em uma outra língua, o *transcodifica*.⁵

São, portanto, textos que, diante de um texto A, se caracterizam por uma relação de dependência, a qual lhes é necessária na medida em que os constitui. É essa submissão a um texto A que viabiliza a *substituição* deste por uma reformulação "tendenciosa" (tendem para a repetição, a síntese, a transcodificação...) e que torna possível uma certa relação de *correspondência*. Um resumo deve, a princípio, corresponder ao discurso A, ser-lhe em alguma proporção equivalente. Além de se definirem como *reformulações* do ponto de vista do *tipo de operação* – não se caracterizando portanto por processos de inserção ou alusão –, no que se refere ao *grau de vinculação* tais textos se assemelham à paródia e ao pastiche. Quanto ao *aspecto formal*, entretanto, possuem marcas textuais indicadoras de referência a um discurso A, o que os aproxima da citação e do discurso indireto. Essas marcas, entretanto, não se situam no corpo do texto propriamente dito, mas sobretudo no território paratextual.

Para Genette (1987, p. 7), o *paratexto* é

um certo número de produções, verbais ou não, como um nome de autor, um título, um prefácio, ilustrações [...] que o cercam [o texto] e o prolongam, precisamente para apresentá-lo [...] para garantir sua presença no mundo, sua recepção e seu consumo.

O autor considera que o *paratexto* é composto pelo *peritexto* e pelo *epitexto* (GENETTE, 1987, p. 10-11). O *peritexto*, parte do paratexto, encontra-se materialmente em torno do texto, isto é, no mesmo volume: título, sub-títulos, nome do autor, nome do editor, nome do tradutor, data da edição, prefácio, sumário, texto de quarta capa etc. A outra zona do paratexto, o *epitexto*, se compõe de enunciados que estão fisicamente afastados do texto. Observe-se que há justamente um quarto grupo de discursos – como a crítica, a resenha, o comentário – que se encontram nessa situação: se referem necessariamente a um texto A e ao mesmo tempo dele mantêm uma certa distância. São textos que não se esgotam na relação intertextual. De maneira semelhante à paródia, ao resumo, à tradução, referem-se necessariamente a outros discursos, sem, no entanto, aspirarem ao status de seus *substitutos*, isto é, sem pretenderem uma equivalência. Não são portanto reformulações. Apresentam-se, assim, nem tão usurpadores, nem tão escravos do texto A. Tomam-no como referência mas para percorrerem uma trajetória própria.

⁵ Neste ponto também nos afastamos da definição de transcodificação proposta por Peytard (1984).

Considerações finais

Para um estudo que busca delimitar o lugar da tradução no interior das práticas discursivas, o conceito de *intertextualidade* constitui certamente uma porta de entrada, mas, no decorrer da investigação, pode revelar-se pouco produtivo. Apesar da classificação dos fenômenos intertextuais proposta por Genette, a qual reserva à tradução um lugar dentro do conjunto das *relações hipertextuais*, que constituem uma das classes da intertextualidade (transtextualidade, segundo o autor), as características atribuídas a esse grupo permanecem bastante genéricas; o que leva a tradução dividir espaço com operações discursivas tão diversas como a paródia, a imitação, a adaptação. Genette (1982, p. 11-12) indica, em termos muito amplos, a existência de modos de vinculação de um texto a outro, sem discriminá-los: “*de uma maneira que não é a do comentário*”. Esse vínculo, no caso da tradução, é absolutamente central e específico, a tal ponto que é o reconhecimento do grau de estreitamento intertextual que ele estabelece que suscita tantos questionamentos em torno da noção de “fidelidade” ao texto original.

O conceito de *reformulação discursiva*, por sua vez, ao focalizar, no âmbito das relações intertextuais, aquelas baseadas na noção de *equivalência*, restringe um pouco mais os limites do grupo, impondo aos discursos que dele participam um grau um pouco maior de afinidade. Não obstante, a tradução é colocada em uma classe de discursos heterogêneos, ao lado do resumo, do discurso de vulgarização, da paráfrase e do discurso relatado entre outros.

Por esse motivo, verificamos a necessidade de incluir em nossa observação três aspectos: as marcas textuais (ou aspecto formal), o tipo de operação (ou processo de aproximação) e o grau de vinculação existente entre os textos, aspectos esses que tornam possível a apreensão de determinadas características das diferentes operações de reformulação e intertextualidade e, mais especificamente, da *tradução*.

As *marcas textuais* específicas da tradução se inscrevem necessariamente no território paratextual, principalmente em duas regiões: no verso da primeira página, através de uma menção do tipo “traduzido de tal língua por Fulano”, e na margem inferior, por meio das eventuais notas de rodapé, de autoria do tradutor, as quais tendem a ser admitidas apenas quando realmente indispensáveis. Ao contrário da citação, que realça o contraste das vozes, trata-se portanto de uma heterogeneidade que é mostrada muito *discretamente* e, como afirma Arrojo (1993, p. 137), o “‘sucesso’ [da atividade de tradução] tem sido tradicionalmente medido pelo seu grau de ‘invisibilidade’”.

Quanto ao grau de vinculação, ao pretender estabelecer uma relação de *equivalência* semântica e estilística entre dois textos de forma a garantir a possibilidade de *substituição* do texto-fonte pelo texto-alvo diante de um certo universo de leitores, a tradução revela inevitavelmente sua submissão, seu caráter especular, sua total

"devoção" ao texto-fonte. Nesse sentido ela tende a esgotar-se na relação intertextual. Por outro lado, como todo discurso é endereçado, ela não deixa de levar em conta as características de seu público-alvo.

Do ponto de vista do *tipo de operação*, a prática da reformulação é considerada como uma tentativa de adaptar um determinado conteúdo a um determinado público ou a uma determinada situação. Na tentativa de produzir um texto *equivalente* a outro a fim de colocá-lo ao alcance de um universo de destinatários caracterizado por uma competência lingüística outra, a tradução procede a uma *reformulação transcodificadora* e, enquanto tal, interfere no nível da *formulação* do discurso e, ao mesmo tempo, no âmbito da *relação enunciador/destinatário*, cujo segundo termo se encontra dessa forma ampliado.

Abstract

After advocating the insertion of Translation within the Language Sciences paradigm and exploring some of its basic concepts, this article aims at unveiling the main features which characterize translation from a discourse perspective. To this end, a comparison between translation and other forms of discourse, in the light of the concepts of intertextuality and reformulation, is established.

Keywords: *Translation. Intertextuality and reformulation.*

Referências

- ARROJO, R. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- AUSTIN, J. L. *Quand dire, c'est faire*. Paris: Seuil, 1970.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, SP, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.
- BAKHTIN, M. *Le marxisme et la philosophie du langage*. Paris: Minuit, 1977.
- BRONCKART, J.-P. *Atividades de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: EDUC, 1999.
- DICTIONNAIRE Le Petit Robert. Paris: Dictionnaires Robert, 1989.
- GENETTE, G. *Palimpsestes*. Paris: Seuil, 1982.
- _____. *Seuils*. Paris: Seuil, 1987.
- HUTCHEON, L. *Uma teoria da paródia*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- JAKOBSON, R. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interctions verbales*. Paris: Armand Colin, 1998. t. 1.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LECLERC, B.; PUCELLA, S. *Les conceptions de l'être humain*. Québec: Editions du Renouveau Pédagogique, 1993.
- MAINGUENEAU, D. *Termos-chaves da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- MAINGUENEAU, D.; CHARAUDEAU, P. (Org.) *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002.
- MOUNIN, G. *Les problèmes théoriques de la traduction*. Paris: Gallimard, 1963.
- PAZ, O. *Convergências (ensaios sobre arte e literatura)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- PEYTARD, J. Problématique de l'altération des discours: reformulation et transcodage. *Langue Française*, Paris, no 64, p. 17-28, déc. 1984.
- SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot & Rivages, 1995.
- SELESKOVITCH, D.; LEDERER, M. *Interpréter pour traduire*. Paris: Didier, [1984].
- TODOROV, T. *Mikhaïl Bakhtine, le principe dialogique*. Paris: Seuil, 1981.
- YAGUELLO, M. *Alice au pays du langage*. Paris: Seuil, 1981.